

A RELAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA COM A TERMINOLOGIA

CLAUDIO O. I. NUNES*

1 – INTRODUÇÃO

Discutir a relação da Análise Documentária com outros domínios disciplinares é uma empreitada cercada de dificuldades, na medida em que, dentro da própria área, não se dispõe do nível de consenso apropriado acerca de seu próprio estatuto epistemológico. Esta assertiva, na verdade, precisa ser estendida ao campo mais amplo da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, elas próprias domínios de especialidade que se encontram na franja algo nebulosa daquelas disciplinas que chamam para si a condição de “interdisciplinares”, “transdisciplinares” ou outras designações mais em voga num ou noutro momento, todas elas velando o fato inequívoco da ausência de um “núcleo duro” que as caracterize consensualmente, tanto para dentro da comunidade de pesquisadores a elas devotados, quanto para as vizinhanças com que mantêm relações de trocas teóricas e metodológicas. Afinal, a Análise Documentária caminha no sentido de autonomizar-se ou integra a Documentação? Quem sabe a Biblioteconomia? E, se é fato que a Ciência da Informação constitui-se num estágio mais desenvolvido do que um dia foi (ou ainda é, dependendo da latitude) a Biblioteconomia, quem sabe não seria melhor considerá-la como uma parte constitutiva dessa novel disciplina ou ciência? Como se vê, é tudo muito difícil de se esclarecer, sendo que, na literatura, há respostas para todos os gostos. Esse fenômeno, visto sob a ótica da história do conhecimento científico, indica claramente um estágio pré-paradigmático, como sugere T. S. Kuhn, ao referir-se a um certo caos de teorias, modelos e tentativas de formalização, que caracterizou muitas das ciências “duras” em seus momentos embrionários.

Ainda que seja este o cenário, e parece que de fato o é, faz-se mister o esforço de compreensão do que seja a Análise Documentária, porquanto é inegável sua concretude, traduzida por uma já expressiva produção intelectual, que vem se seguindo à sua efetiva contribuição prática às

* Professor Adjunto, nível I, Doutor em Ciências da Comunicação, do Departamento de Biblioteconomia e História, da Fundação Universidade do Rio Grande, RS, Brasil.

atividades documentárias, seja as mais tradicionais, seja aquelas que vêm emergindo no bojo das inovações tecnológicas, que tão fortemente têm impactado o processamento da informação, particularmente, da informação científica e técnica. Afinal, as prioridades, a explicitação e legitimação dos problemas e métodos de qualquer domínio de especialidade somente tomam forma quando sua necessidade se materializa. E aqui, por necessidade, entenda-se tanto diretamente as demandas sociais quanto as demandas teóricas, como, por exemplo, a necessidade de se desenvolver um determinado corpo de conhecimentos em decorrência de avanços anteriores ocorridos em outros domínios disciplinares já consolidados. E esse desenvolvimento se dará em maior ou menor grau ou velocidade em razão direta com a capacidade de resposta efetiva dos pesquisadores que venham a se integrar à comunidade científica embrionária, em questão.

Assim contextualizada a discussão e fundamentada sua legitimidade, neste ensaio, elaborado a partir dos debates travados em sala de aula, com coelhas e professores do curso de Doutorado em Ciência da Informação da ECA/USP, e consubstanciado em leituras deles decorrentes, pretendemos explorar o relacionamento da Análise Documentária com a Terminologia ou, mais precisamente, esmiuçar as contribuições teóricas e/ou metodológicas que a Terminologia tem a oferecer à Análise Documentária.

2 – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA TERMINOLOGIA À ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

A Terminologia surgiu nos anos 30 com a finalidade de contribuir para a comunicação entre especialistas. Sem aprofundarmos a discussão conceitual da própria Terminologia, que também é bastante acentuada, vamos assumir a concepção proposta por M. T. Cabré, que afirma que *“la terminología es una materia autónoma de carácter interdisciplinar, que ha configurado su propia especificidad seleccionando elementos de las materias de las que es deudora y construyendo su propio ámbito científico”* (Cabré, 1995, p. 291). Em acordo com esta concepção da Terminologia, segundo a mesma autora, seu foco de investigação, ou objeto de estudo, está centrado unicamente sobre as unidades terminológicas da linguagem natural, isto é, as palavras ou termos próprios de um domínio de especialidade, entendendo-se por especialidade os registros funcionais de base temática, pelo que sua investigação se completa com o estudo das unidades de comunicação especializada.

Existem atualmente três abordagens principais da pesquisa em Terminologia: a abordagem sobre os domínios, a abordagem filosófica, e a abordagem lingüística. A primeira centra a reflexão sobre o conceito e suas relações com os conceitos vizinhos, bem como na relação conceito-termo. Com isso, obtém invariavelmente uma ordem sistemática. Disso resulta que,

sob essa abordagem, sobressai a interdisciplinaridade como seu traço distintivo principal. A abordagem filosófica, embora bastante próxima à primeira, enfatiza a classificação dos conceitos em categorias. É sob essa abordagem que se estabelece uma firme relação entre a Terminologia e a Documentação, com base no domínio comum com que ambas vão operar: a Teoria da Classificação. Por fim, a abordagem lingüística repousa sobre a idéia de que as terminologias são subconjuntos do léxico de uma língua de especialidade, apresentando-se, nesse sentido, como sublinguagens.

Do ponto de vista do estudo da língua, a Terminologia apresenta as seguintes características:

- 1 – Todo trabalho terminológico tem como ponto de partida os conceitos. O objetivo é delimitar rigorosamente os conceitos. O domínio dos conceitos é independente do domínio dos termos. Na Lingüística, o correlato do conceito é a significação das palavras. Em Terminologia, uma unidade de denominação consiste num termo que se encontra unido a um conceito. O conceito é, nesse sentido, a significação do termo.
- 2 – Apenas os termos dos conceitos, isto é, as terminologias, têm interesse. As regras de gramática pertencem à linguagem comum.
- 3 – A Terminologia considera a língua sob um ponto de vista sincrônico. São as significações atuais dos termos que importam. Para a Terminologia, interessa apenas o sistema conceitual da língua - num dado momento histórico, ressalve-se.

Portanto, o trabalho terminológico privilegia a abordagem pragmática. O conceito é definido como elemento do pensamento, uma construção mental que representa um objeto individual, material ou não. O conceito consiste num conjunto de características que reconhecemos comuns a um certo número de objetos individuais e que utilizamos como meio de classificação mental e de comunicação. As características são em si mesmas conceitos.

As terminologias apresentam-se como *criações deliberadas*. Na língua comum, o uso é a norma, que é denominada descritiva (isto é, não se pode propor uma norma para a língua natural). Já no âmbito da Terminologia, o livre jogo da linguagem conduziria ao caos. Por essa razão, as terminologias estabelecem *conceitos e termos unificados*, propondo normas prescritivas. O *acordo* é normalmente sancionado por uma instituição, que passa então a recomendar ou prescrever a norma.

Todo projeto terminológico desenvolve-se através da aplicação dos princípios terminológicos e de metodologia específica. Organiza-se em etapas que supõem planificação, preparação e execução minuciosas. A primeira decisão, antes de se começar o trabalho, relaciona-se à delimitação do domínio. Para isso, não é suficiente atribuir-lhe um nome. É necessário torná-lo preciso ao máximo, dividindo-o e subdividindo-o. Para isso,

consultam-se não só os sistemas de classificação, mas também dicionários, glossários e manuais sobre o assunto. É necessário também prever a extensão do domínio, considerando-se que a inclusão de aproximadamente 1.000 noções é o limite ideal para um mesmo domínio de especialidade.

O alcance conceitual da expressão "*domínio de especialidade*" é suficientemente amplo para contemplar quaisquer recortes que se imagine ou se deseje fazer sobre a totalidade do conhecimento gerado pela experiência humana. Pode-se ter em mente desde um domínio de especialidade altamente complexo, como, por exemplo, a física quântica, até domínios de especialidade mais próximos do conhecimento do senso comum, como, por exemplo, a jardinagem. Sob a perspectiva conceitual com que se discutem as contribuições da Terminologia à Análise Documentária, neste texto, quaisquer que sejam os domínios de especialidade, eles sempre implicarão uma terminologia própria.

A propósito, é conveniente fazer-se o registro da crítica feita pela Professora Cabré à noção de "*linguagens de especialidade*", de uso corrente mesmo entre os terminólogos. Ocorre que, para fazerem jus a esta classificação, estas "*linguagens*" precisariam dispor de uma gramática própria, o que não se verifica, já que operam com a mesma gramática da linguagem natural, do que, depreende a Professora Cabré, é mais apropriado falar-se em comunicação especializada.

Feitas estas considerações sobre a natureza da Terminologia, temos que sua contribuição para a Análise Documentária se traduz na fundamentação teórica e metodológica de uma parcela importante do conjunto de princípios que esta disciplina precisa formalizar como base para o estabelecimento de procedimentos apropriados à elaboração de linguagens documentárias, que é um dos objetivos a que se dedica a Análise Documentária. Uma das críticas que se faz às práticas documentárias e, por conseguinte, à Análise Documentária, refere-se exatamente ao fato de que esse campo disciplinar opera com uma série de "*etiquetas*" desprovidas dos conceitos que lhes emprestem a consistência necessária. A resolução, em parte, dessa dificuldade pode advir dos empréstimos teóricos e metodológicos oferecidos pela Terminologia, como é o caso do controle de vocabulário.

O controle de vocabulário, isto é, a normalização dos usos dos termos, é uma operação que se faz na fonte de significação de uma linguagem, de maneira a ordenar seu desenvolvimento. A razão desta atividade advém da plurissignificação, que é uma característica básica da linguagem natural. Assumindo-se que as linguagens de especialidade a rigor não existem, o que se tem a fazer é um esforço continuado de controle da linguagem natural tal como empregada em contextos comunicacionais especializados.

O ser humano é um animal semiótico (isto é, que opera com símbolos), que atribui significado a todas as coisas, e esta sua capacidade

está permanentemente em ação, pelo que os significados atribuídos em um momento podem sofrer variações nos momentos subseqüentes, mais ou menos rapidamente, em função do nível de desenvolvimento e articulação do conhecimento em um domínio de especialidade qualquer. Quanto mais acentuado for esse nível, maior será a probabilidade de que as variações sejam também mais acentuadas e as mutações significativas de ciclo mais curto. Assim, na comunicação, o problema é verificar se o emissor e o receptor atribuem os mesmos sentidos às mesmas coisas, isto é, se operam sobre o mundo (as pessoas, as idéias e as coisas) com o mesmo código.

Este fenômeno é a fonte da dicotomia entre "*permanência*" e "*disponibilidade*", traduzindo-se no principal desafio com que se depara a Análise Documentária. Ocorre que seu esforço normalizatório é decorrente da necessidade de preservar a informação em seu *estado original*, a qual, assim registrada, cristaliza-se (é bom não esquecer que, na Documentação, informação é algo que precisa estar **registrado**), em oposição, portanto, à necessidade de disponibilizá-la, o que implica uma condição dinâmica, de mutação, contraditória, portanto, à sua função primeira.

O equilíbrio entre estas duas funções é um desiderato difícil de ser alcançado, especialmente se se tem em conta a necessidade de se construir um aparato teórico-metodológico que permita identificar, visualizar com mais nitidez este campo disciplinar. Para desincumbir-se dessas funções é que a Análise Documentária dedica-se ao estabelecimento de procedimentos destinados a disciplinar a construção e manutenção de linguagens documentárias. As linguagens documentárias são os instrumentos por excelência com que a Análise Documentária completa sua missão de contribuir para a organização da informação, de modo a assegurar mecanismos de acesso, os quais devem contemplar formas efetivas de interação com a linguagem do usuário.

O trabalho de normalização é feito nos níveis lógico, semântico e pragmático, de modo a reduzir ao mínimo possível os ruídos na comunicação entre o sistema de informação e o usuário. A logicidade, a semânticidade e a pragmaticidade são as características definidoras das linguagens documentárias, determinando sua natureza e sua função comunicacional.

A redução de significado nas linguagens documentárias é uma condição intrínseca, inelutável a estas, restando apenas a escolha do quanto se está disposto a perder e de quem perderá, cabendo à Análise Documentária lidar adequada e equilibradamente com a permanência e a disponibilidade da informação, de modo a assegurar o nível mais elevado possível de eficácia aos sistemas de informação, vale dizer, assegurar que ocorra um mínimo possível de perdas ou velamento da informação processada.

Na produção da linguagem, ocorrem dois fenômenos importantes sob a perspectiva da Análise Documentária: o primeiro fenômeno refere-se aos

processos de síntese e expansão e está associado à extensão, ao *quantum* de informação que é transmitido por uma mensagem; o segundo fenômeno refere-se aos processos parafrásticos e de polissemia, que estão associados ao conteúdo das mensagens que são transmitidas. O fenômeno parafrástico refere-se mais precisamente ao retorno ao dado original, não significando identidade. Já o fenômeno polissêmico designa o deslocamento que se verifica em relação ao sedimentado (no sentido de registrado, de original). Assim, pode-se afirmar que o trabalho da Análise Documentária se dá ao nível da síntese parafrástica.

Através do estudo do funcionamento da linguagem, chegou-se à idéia de organização; isto é, de como o sistema de significação produz a significação, o que possibilita a representação, através de um sistema simbólico. Quando se chega na linguagem, isto é, no sistema de significação, o fato se transforma em "*desigualdade*": é a linguagem que estrutura a representação. O ser humano, que é um animal semiótico, vive a representação e não o fato; daí os problemas de linguagem serem cruciais para a Análise Documentária.

Na transmissão das mensagens entre um emissor e um receptor ocorre a interveniência de vários tipos de representação, como: as imagens que cada um tem de si próprio e do outro; as imagens que ambos os interlocutores têm do referente, que pode ser um objeto, uma idéia ou uma terceira pessoa; e as imagens que são condicionadas pelo contexto em que se realiza a comunicação entre os interlocutores. Estas múltiplas possibilidades constituem a substância de conteúdo ou o conjunto de possibilidades de conteúdo ou, ainda mais explicitamente, a realidade como possibilidade expressiva. Esta substância de conteúdo é amorfa: cada língua é que irá atribuir uma forma a esta substância, privilegiando algumas possibilidades em prejuízo de todas as demais.

Enquanto o léxico pertence ao domínio do sistema (à língua), o repertório pertence ao domínio do falante. O falante constrói seu repertório num contexto que extrapola o universo sógnico, abrangendo expectativas psicológicas, históricas etc. Já as expectativas signo-semiológicas, que por óbvio se inscrevem nesse universo, vão materializar as possibilidades de escolha dadas pelo código. É essa a condição que permite que se façam previsões e antecipações no processo comunicativo. É aí também o lugar em que se trocam informações, isto é, este é o lugar em que o conhecimento se materializa em informação.

É esta a razão por que as linguagens documentárias surgem: para tratar e disseminar (ou distribuir) o conhecimento transformado em informação, mediante o registro dos conteúdos nos mais diferentes suportes. Instala-se de imediato o grande problema documentário, qual seja, o da dicotomia entre permanência e disponibilização da informação. A materialização do conhecimento como informação sempre se dá no contexto de uma instituição, resultando daí seu caráter estritamente social, o que vale

dizer que inexistente informação "*individual*". Informar implica trocar. Portanto, o que interessa para a Documentação, Biblioteconomia, Ciência da Informação ou à Análise Documentária é saber como funciona socialmente o processo de "*informar*".

Da perspectiva da Análise Documentária, esse olhar escrutinador sobre o processo de informar vai se dar mediante o recurso a um conjunto de métodos e técnicas que se ocupam da leitura, da análise propriamente dita e da criação de instrumentos documentários, destinados ao reenpacotamento da informação: as linguagens documentárias, que serão empregadas pelos sistemas de informação para representar o conteúdo informacional das unidades documentárias, sejam quais forem os suportes em que estejam registradas. No que respeita à criação de linguagens documentárias, sua elaboração é feita com base no método parafrástico-sintético, sendo este uma das mais fundamentais contribuições da Lingüística para a atividade documentária.

Dentre os chamados instrumentos documentários, ou linguagens documentárias, sobressaem as diferenças entre os tesouros e os sistemas de classificação. Os tesouros começam a explicitar uma *segmentação*, baseada em hipóteses de organização do conhecimento. A estrutura dessas linguagens baseia-se na hipótese adotada para sua construção, o que é feito mediante o procedimento metodológico designado como *garantia literária*, cuja aplicabilidade implica um aporte fundamental das terminologias de especialidade.

A garantia literária é complementada por um outro recurso metodológico, não menos importante, designado como *garantia de uso*, a qual, ao contrário do que sua designação possa sugerir, não se limita apenas a "*como o falante fala*", mas a explicitar seu desempenho no contexto social em que o falante realiza o ato de fala, isto é, levando em consideração o conjunto de falantes de um domínio de especialidade ou de uma instituição em particular. Assim, a elaboração de uma linguagem documentária precisa lidar adequadamente com a tensão que se estabelece entre estas duas garantias: a primeira, mais formal, guarda um vínculo estreito com a tradição, com os paradigmas hegemônicos nos domínios de especialidade em questão; a segunda, mais informal, oferece uma abertura para o novo, para a inovação, possibilitando a emergência de questionamentos, de novas visões de mundo, de novos paradigmas que lutam para impor-se nos mesmos domínios de especialidade, contribuindo decisivamente para a instauração de processos revolucionários no âmbito das ciências.

Quanto mais complexas forem as sociedades, maior será a demanda pela atividade de organização da informação, sendo que, no âmbito das atividades documentárias, do ponto de vista conceitual, não é adequado falar-se em "*tratamento*" da informação, e sim em "*organização*" da informação.

Na linguagem, a estrutura é que cria significação, cuja recepção e compreensão exige do falante o conhecimento de suas propriedades gerais,

sendo necessário seu uso para a aquisição da competência necessária à elaboração de interpretações individuais consistentes. A própria linguagem é usada para organizar e disseminar a informação; para tanto, precisa-se de **formas de acesso**, isto é, de compatibilização de linguagens, abrindo-se espaço para as chamadas linguagens intermediárias, em que se incluem as linguagens documentárias.

As linguagens documentárias são linguagens **construídas**, o que implica a idéia de **fechamento**, isto é, seu alcance semântico é finito e definido pelo lugar que elas ocupam no contexto social em que são construídas. Para cumprir adequadamente com as funções para as quais foram criadas, as linguagens documentárias precisam incorporar propriedades específicas que assegurem tal desiderato. Que propriedades são estas?

A informação documentária tem uma característica fundamental: sua natureza institucional, em oposição à concepção peirceana de linguagem, segundo a qual o funcionamento do signo é uma questão individual, pelo que o sujeito não tem internalizada a idéia de sistema ou de comunicação. Portanto, cabe à instituição estabelecer o que é informação e como ela vai circular nos limites circunscritos pela sua abrangência, autoridade ou competência. Ao fazer esta demarcação, por conseguinte, a instituição também delimita a disponibilidade da informação. É nesse sentido que se pode afirmar a função social desempenhada pela informação.

Gardin é um dos pioneiros na formulação dos fundamentos teóricos e metodológicos das linguagens documentárias, para o que se valeu dos princípios teóricos do estruturalismo. Segundo ele, as linguagens documentárias definem o que é informação a partir de sua inscrição nos limites de uma determinada instituição. A circulação da informação no interior do marco institucional ocorre mediante uma multiplicidade de atos realizados pelos sujeitos que se encontram em interação, gerando um processo comunicacional, que adquire materialidade e expressão nos componentes estruturais de que se constitui a própria instituição. O processo de comunicação obedece a uma **economia**, entendendo-se por "economia" o fenômeno pelo qual o falante faz as suas escolhas. A circulação da informação no interior da estrutura institucional contribui para a redução das incertezas com que se defrontam os sujeitos, em decorrência das escolhas que realizam face à multiplicidade de opções comunicativas que se apresentam imediatamente antes do momento em que as escolhas são feitas. Em lingüística, a redução da incerteza refere-se ao fato de que o ato de fala reduz a uma o conjunto de possibilidades antes que se dê a escolha do falante.

A linguagem natural é marcada por um inesgotável conjunto de possibilidades abertas, em oposição às linguagens controladas, em que se incluem as documentárias, nas quais, quanto maior for sua convencionalidade, mais fácil resultará a comunicação entre seus

praticantes. Dessa afirmativa, pode-se depreender a tensão resultante entre a linguagem natural e as linguagens convencionais.

O conjunto de possibilidades com que se defronta o praticante da língua ou o usuário da linguagem documentária se define com base na idéia de valor. O valor está vinculado ao significado que se atribui a uma unidade de linguagem em relação às demais. Assim, a convenção, que vem a ser o componente arbitrário, se materializa nas relações entre as unidades. É por isso que uma lista de palavras (que são unidades discretas), por si só, ainda que ordenada alfabeticamente, não traz informação. Isto é, como esta lista não explicita as relações entre suas unidades, resulta que não se presta para informar, pois a informação exige a rede de relações para por ela transitar. E as relações são estabelecidas arbitrariamente.

O sistema tem que ser altamente convencional, e é necessário que ele explicita um saber lingüístico, que deve ser uma competência do indexador. Esta é a condição primeira para que se viabilize a comunicação com o usuário. Ressalte-se que o saber lingüístico que aqui se enuncia não é da mesma natureza daquele que ocorre na linguagem natural, devido ao fato de que a convenção é "de jure" (isto é, definida para um grupo). Supõe-se que o especialista tem um saber lingüístico-documentário. Infelizmente, o que se constata mais comumente é que ele não tem este saber, mas limita-se a dominar fragmentariamente o vocabulário, desconhecendo-lhe a sistematicidade.

O modelo que orientou a pesquisa terminológica, até meados dos anos 80, tinha seu foco de atenção centrado no referente. A partir de então, vem sofrendo uma variação, privilegiando o aspecto pragmático, o que é mais bem ilustrado pelo diagrama apresentado na figura 1.

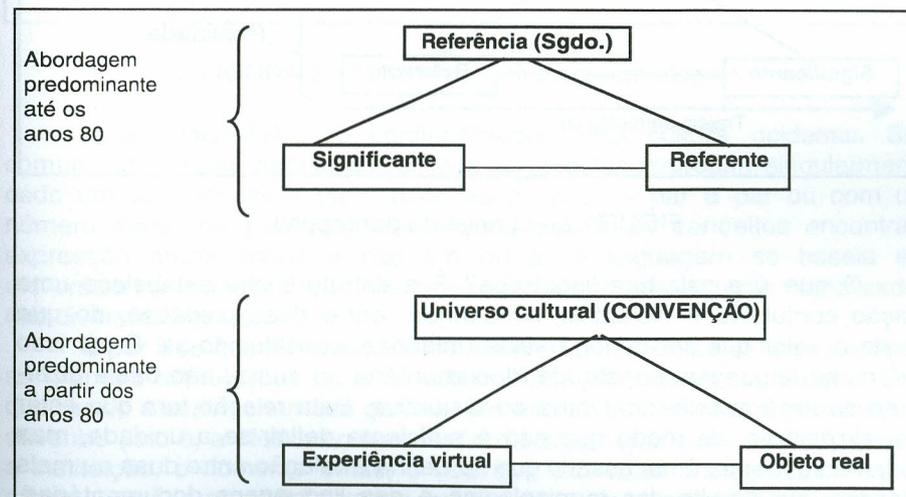


FIGURA 1 – Evolução do modelo de pesquisa terminológica

O nível semiológico é o que se ocupa da significação, onde ocorre a percepção das diferenças que caracterizam o que é percebido pelo sujeito cognoscente; está, portanto, ligado ao princípio das estruturas, as quais lhe dão sustentação à existência. Segundo Greimas, é o lugar extralingüístico em que se efetua a apreensão da significação. São os eventos que ocorrem nesse nível que desencadeiam o processo cognitivo, posteriormente objeto de verbalização e apropriação social através de uma língua. Na Antigüidade, Platão já afirmava que a linguagem se vale de uma realidade conceitualizada e fabricada pela experiência perceptiva. Dessa afirmativa pode-se depreender que "todos nós temos percepções que não conseguimos expressar", considerando-se que nem tudo aquilo que o sujeito conhece ele consegue comunicar através da língua. Este fenômeno, situado no nível semiológico, é uma das causas da posterior redução de sentido com que terá que lidar a Análise Documentária, no interior do ciclo documentário.

O nível da percepção é integrado através da práxis, isto é, do conjunto de atividades humanas que não só engendram as condições de produção, mas de um modo geral, também as condições de existência de uma sociedade, que respondem pelo mecanismo gerador do sistema perceptual que fabrica o referente, tal como através da Figura 2.

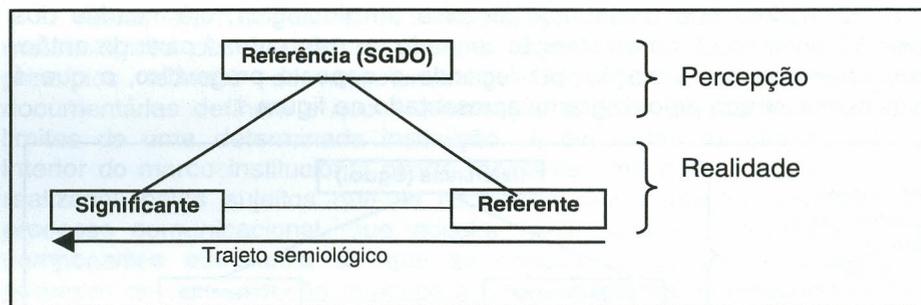


FIGURA 2 – O nível da percepção

O que é a estrutura lingüística? É a estrutura que estabelece uma relação conjuntiva e disjuntiva, simultânea, entre duas unidades, do que resulta o valor que se atribui a estas unidades, constituindo-as. É por isso que, numa linguagem construída (documentária ou outra), não basta dizer-se *só* de uma relação conjuntiva ou disjuntiva. Esta relação tem que estar bem explicitada, de modo que não é suficiente definir-se a unidade, mas fundamentalmente, é necessário que se defina a relação entre duas ou mais unidades. No âmbito das terminologias e das linguagens documentárias, uma boa maneira de se complementar a definição das relações entre as

unidades pode ser feita com o recurso a notas de aplicação, através das quais se explicita como é que se opera com uma determinada unidade num universo de especialidade em particular.

Greimas afirma a existência de um universo pré-código, em que a significação se organiza autonomamente como um modo de presença com base na percepção. Trata-se do universo semiológico, que está organizado em estruturas de oposição, tal como ilustrado pela articulação de conceitos constante do diagrama exposto na figura 3.

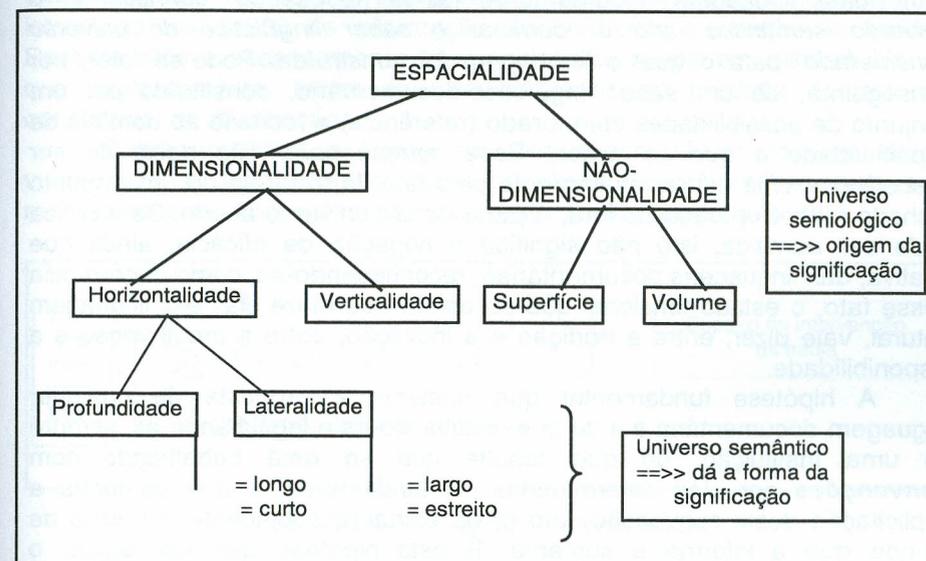


FIGURA 3 – O nível do universo semiológico

Estes conceitos são compartilhados pela cultura ocidental. São comuns às línguas neolatinas, e cada uma delas expressa singularmente cada um dos conceitos (com palavras próprias – par a par ou com um número maior de palavras). Em alguns casos, os conceitos encontram expressão numa língua e não em outra. A linguagem se baseia em universais (articulações) que não se encontram completamente verbalizados nas diversas línguas.

É por isso que é necessário um esforço de pesquisa para se explicitar as grandes articulações de uma determinada área de especialidade. É aí que reside a assim chamada *garantia literária*. O que interessa, primeiro, é o desenho (isto é, a efetiva compreensão da articulação semiológica), depois, a instituição, e somente então, o uso que um autor em particular faz ou afirma, isto é, a expressão verbal que ele dá a uma determinada palavra ou articulação. Sabendo-se qual é a articulação, pode-se atribuir-lhe uma forma

específica de expressão. Eventualmente, pode-se ignorar, por não haver interesse, algumas articulações, pois é reconhecido o fato de que nenhuma linguagem consegue dar conta de todas as significações. As linguagens, metaforicamente, comportam-se como *grades*, e uma nunca é completamente correspondente à outra.

Uma das grandes contribuições da Terminologia para a Análise Documentária tem sido a introdução da noção de **universo lingüístico**, assim entendido o conjunto de relações ou **sistema conceitual**. Ao nível do uso, numa linguagem documentária, faz-se necessário “conhecer-se o universo semântico, isto é, dominar o saber lingüístico do universo considerado” para o qual a linguagem foi construída. Pode-se falar, por conseguinte, de um saber lingüístico-documentário, constituído por um conjunto de possibilidades estruturado (referência) e fechado ao domínio de especialidade a que se aplica. Essa compreensão não deixa de ser suscetível a uma crítica, exatamente pelo fato de tratar-se de um conjunto fechado, que é operado de fora, a partir de um universo aberto. Se a crítica pode ser admitida, isto não significa a negação da eficácia, ainda que relativa, das linguagens documentárias, reconhecendo-se, como decorrência desse fato, o estado tensional que se estabelece entre elas e a linguagem natural, vale dizer, entre a tradição e a inovação, entre a preservação e a disponibilidade.

A hipótese fundamental que sustenta a proposta de qualquer linguagem documentária é a de que, instituindo-as e legitimando-as, sempre há uma instituição, do que resulta que se está trabalhando com **convenções** por elas determinadas. O fundamental é que se tenha a explicitação desta convenção, isto é, da estrutura subjacente, da visão de mundo que a informa e sustenta. É esta hipótese que vai regular o mecanismo conjuntivo/disjuntivo da linguagem documentária durante a comunicação entre seus usuários.

A resolução da tensão referida anteriormente encontra-se no reconhecimento de que há um mecanismo perceptivo subjacente, que é de **natureza relacional**, o qual vai produzir a estrutura. Na linguagem natural, o uso faz o domínio da estrutura e o domínio da estrutura atualiza o uso. Já na linguagem documentária, a atualização depende de uma decisão formal, sempre na esfera de competência de uma instituição.

E onde se vai fundamentar esta decisão formal? Na garantia de uso? Na práxis? De fato, no âmbito das práticas documentárias, não dispomos de instrumentos para verificar a garantia de uso, porque nem sabemos onde encontrá-la: no nível semiológico? No nível semântico? Não há respostas definitivas para estas indagações, resultando daí que as relações associativas nas linguagens documentárias não são adequadamente definidas. Apenas reconhecem-se os mecanismos conjuntivo/disjuntivo. Isto não é suficiente, reconhecendo-se assim que a prática documentária não se vale de um modelo teórico consistente, articulado.

Aqui, mais uma vez, a contribuição da Terminologia pode se fazer efetiva, já que ela semantiza o referente, tornando possível (operacionalizável) a organização da informação. A Terminologia realiza o controle da significação das palavras de um dado domínio de especialidade para viabilizar a comunicação e a transferência de informações no interior de uma comunidade de estudiosos ou pesquisadores desta área em particular. Para Cabré, “a Terminologia está centrada no falante”, afirmativa que ilustra o fato de que o trabalho terminológico é institucional e intervencionista, centrado no sujeito falante, isto é, no consumidor de informação. Ao contrário, o trabalho da Análise Documentária é escassamente intervencionista, talvez em decorrência de que, historicamente, tenha se vinculado mais ao produtor do que ao consumidor de informação.

Cabré estratifica o léxico em três níveis: léxico comum, léxico vulgarizado e terminologias tecno-científicas. Esquemáticamente, seu modelo pode ser ilustrado tal como disposto no diagrama da figura 4.

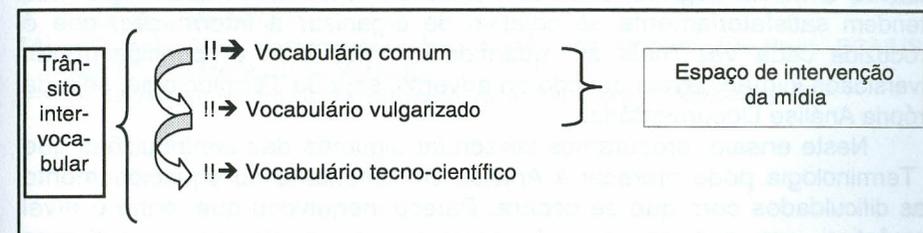


FIGURA 4 – O trânsito intervocabular

A dicotomia entre precisão e comunicação persegue as atividades documentárias: há quem afirme que “a falta de rigor pode ter como contrapartida um ganho de compreensão”. A menção a esta dicotomia reinsere o problema da tensão, referido anteriormente, agora sob uma nova forma de manifestação. Sem dúvida, em algumas circunstâncias, esta pode ser uma opção válida, mas, como regra geral, no âmbito das linguagens documentárias, tem predominado a opção pela precisão do significado atribuído aos termos de indexação.

Existe uma diferença importante entre trabalhar com linguagem e trabalhar com verbalização: a Análise Documentária, quando trabalha com linguagens, o faz prioritariamente com a verbalização das linguagens, e esta é a perspectiva do produtor de informações - desconhecendo, por conseguinte, a perspectiva do consumidor de informações. Talvez esteja aí a origem de parte das dificuldades teóricas com que ela se debate, especialmente no contexto contemporâneo de profundas e aceleradas mudanças científicas e tecnológicas.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os consensos alcançados (ou impostos) entre os participantes de uma dada comunidade de especialistas não têm como ser percebidos por um sistema, ainda que inteligente, porquanto na produção desses consensos está implicado necessariamente um novo "insight", durante o qual se produz a ruptura das velhas estruturas que, dentre outras considerações que se possa fazer, é preciso reconhecer que se manifestavam ao nível do universo semiológico dos membros da comunidade, e, adiante, no nível semântico. Ora, os sistemas disponíveis foram construídos no mesmo contexto das velhas estruturas. Desse modo, considerando-se o estágio de desenvolvimento da Análise Documentária, é imperioso reconhecer que sua caminhada empírica alcançou os limites operacionais do seu modelo tradicional. Até aqui, foram desenvolvidas linguagens e sistemas de indexação altamente sofisticados, enquanto ferramentas, porém já se percebe facilmente a fragilidade dos princípios teóricos e metodológicos em que se baseiam, do que resulta que não atendem satisfatoriamente ao objetivo de organizar a informação, que é produzida cada vez mais em quantidade, velocidade e, principalmente, diversidade inimagináveis quando do advento, seja da Terminologia, seja da própria Análise Documentária.

Neste ensaio, procuramos perscrutar algumas das contribuições que a Terminologia pode oferecer à Análise Documentária no equacionamento das dificuldades com que se depara. Parece inequívoco que, entre o nível semântico, em que opera a Terminologia, e aquele que poderíamos designar como "nível informativo", em que opera a Análise Documentária, há uma ligação a ser mais bem explicitada e sedimentada. Com este objetivo, em estudos subseqüentes, pretendemos aprofundar e articular melhor as idéias aqui discutidas, de modo a que possamos explicitar adequadamente uma proposta de metodologia que leve em conta a tensão entre paradigmas e revoluções científicas, no âmbito das atividades científicas, e entre permanência e disponibilidade, no âmbito das atividades documentárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUBERT, F. H. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilingüe*. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia : FFLCH/USP, 1996. 99 p. (Cadernos de Terminologia, 2).
- . Língua como estrutura e como fato histórico-social : conseqüências para a terminologia. In: ALVES, I. M. *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia : FFLCH/USP, 1996. p. 11-15. (Cadernos de Terminologia, 1).
- BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 12676 : Métodos para análise de documentos : determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

- . *NBR 13789 : Terminologia : Princípios e métodos : elaboração e apresentação de normas de terminologia*. Rio de Janeiro, 1997. 17 p.
- . *NBR 13791 : Terminologia : indicativo de línguas : simbologia*. Rio de Janeiro, 1997. 14 p.
- . *NBR 13790 : Terminologia : Princípios e métodos : harmonização de conceitos e termos*. Rio de Janeiro, 1997. 6 p.
- BRITISH STANDARDS INSTITUTION. *British standard guide to establishment and development of monolingual thesauri*. 1986. 33 p.
- CABRÉ, M. T. La Terminología hoy : concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, p. 289-298, 1995.
- CINTRA, A. M. M., TÁLAMO, M. F. G. M., LARA, M. L. G. de, KOBASHI, N. Y. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, I. M. *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia : FFLCH/USP, 1996. p. 17-22 (Cadernos de Terminologia, 1).
- . *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis : Associação Paulista de Bibliotecários, 1994. 72 p.
- GREEN, R. The role of relational structures in indexing for the Humanities. *Knowledge Organization*, v. 24, n. 2, p. 72-83, 1997.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 704 : principles and methods of terminology*. Bern, 1987. 15 p.
- SMIT, J. W. *Análise documentária : breve histórico*. São Paulo, s. d. 12 p. (texto provisório/versão 08/96).
- TÁLAMO, M. F. G. M. *Comunicação e funcionamento da linguagem*. São Paulo: ECA/USP, 1982. 87 p. (Dissertação de Mestrado)
- . *Linguagem documentária*. São Paulo: APB, 1997. 12 p. (Ensaio APB, 45).